

Tela de Araña: a estrutura que sustenta

Fragilidade documental e o design de sistemas vivos de conhecimento e memória

Edgardo Civallero | <https://teladearania.com/>

1. *Tela de Araña* como espaço de reflexão

Tela de Araña (em espanhol, "teia de aranha") é um estúdio independente dedicado à organização do conhecimento, ao design semântico e às estruturas documentais e editoriais. Trabalha com arquivos, coleções, documentos, vocabulários, catálogos, fluxos de trabalho e sistemas de memória, especialmente quando esses sistemas requerem estruturas que lhes permitam manter-se utilizáveis ao longo do tempo. Seu campo de atuação abrange documentos dispersos, fluxos de trabalho frágeis, vocabulários improvisados, catálogos inacabados, práticas não documentadas e as formas de conhecimento e memória que deles dependem.

Ao mesmo tempo, *Tela de Araña* é um espaço de reflexão sobre as condições que tornam este trabalho necessário. Os problemas práticos encontrados em arquivos, coleções, organizações e projetos culturais não são apenas problemas operacionais. Eles também levantam questões conceituais sobre conhecimento, memória, infraestrutura, documentação e continuidade. Quando os documentos são preservados, mas suas relações são obscuras; quando existem catálogos, mas permanecem incompletos; quando os vocabulários circulam sem explicações suficientes; ou quando os fluxos de trabalho dependem de decisões não documentadas, o problema reside na estrutura que permite que os materiais permaneçam inteligíveis.

Este artigo desenvolve essas questões a partir da perspectiva aberta por *Tela de Araña*. Não apresenta um catálogo de serviços. Examina as condições sob as quais arquivos, coleções, documentos, vocabulários e sistemas de memória podem continuar a ser

encontrados, interpretados, mantidos, revisados, publicados, migrados, governados e utilizados. O foco, portanto, não está apenas na preservação, no acesso ou na organização, mas nas estruturas que permitem que o conhecimento e a memória permaneçam ativos sem que sua história, linguagem, contexto ou autoridade sejam banalizados.

Tela de Araña parte de uma premissa simples, mas frequentemente negligenciada: o conhecimento e a memória não permanecem utilizáveis porque os materiais sobrevivem, mas sim porque as estruturas que os conectam, descrevem, contextualizam e sustentam permanecem inteligíveis.

2. Fragilidade documental

A fragilidade documental não se limita ao desaparecimento, destruição ou deterioração física dos materiais. Ela também pode se manifestar quando documentos, registros, catálogos, vocabulários, arquivos e bancos de dados permanecem presentes, mas as estruturas que os tornam utilizáveis começam a se enfraquecer. Nesses casos, o arquivo ou a coleção ainda existe, porém suas relações internas tornam-se mais difíceis de compreender. Os materiais podem permanecer em segurança, enquanto a lógica que os explica torna-se parcial, instável ou inacessível.

Esse tipo de fragilidade costuma se desenvolver gradualmente. Os materiais ficam dispersos em pastas, unidades de disco, plataformas, escritórios, dispositivos pessoais ou rotinas institucionais. Os fluxos de trabalho continuam a operar, mas dependem de hábitos que nunca foram documentados. Vocabulários são improvisados para atender a necessidades imediatas e, em seguida, permanecem em uso sem escopo ou critérios claros. Catálogos são iniciados, mas não concluídos. Arquivos são duplicados sem um controle de versão confiável. Categorias continuam a organizar materiais mesmo depois que seu significado se torna obscuro. Práticas locais podem ser conhecidas apenas por

pessoas específicas, enquanto responsabilidades, decisões e exceções permanecem fora de qualquer registro compartilhado.

O problema, portanto, não é apenas material. É estrutural, semântico, processual e institucional. É estrutural porque as relações entre os materiais podem não ser mais claras. É semântico porque os termos, categorias e descrições usados para nomear esses materiais podem não explicá-los adequadamente. É processual porque os fluxos de trabalho, as responsabilidades e as rotinas de manutenção podem depender de conhecimento informal em vez de documentação compartilhada. É institucional porque a continuidade do sistema pode depender de arranjos temporários, funções instáveis ou pessoas cujo conhecimento não foi transferido para formas duradouras.

Um sistema de memória pode se tornar frágil sem que um único documento seja perdido. Ele se torna frágil quando as relações que conferem coerência aos seus materiais deixam de ser compreendidas ou mantidas. O material sobrevivente permanece disponível em um sentido restrito, mas sua capacidade de sustentar a memória compartilhada e o uso futuro fica comprometida. O que está em risco não é apenas o material em si, mas as condições que lhe permitem participar de um sistema de conhecimento.

É por isso que a fragilidade documental muitas vezes se torna visível quando o conhecimento, a memória ou a documentação crescem além das estruturas que antes os continham. Um arquivo herdado pode conter materiais valiosos, mas carecer de um mapeamento confiável de seu conteúdo. Um repositório digital pode acumular registros mais rapidamente do que seus metadados conseguem explicá-los. Um sistema de publicação pode continuar produzindo conteúdo enquanto perde o controle de direitos, versões, fontes ou decisões editoriais. Um projeto de memória comunitária pode preservar depoimentos, fotografias ou documentos, dependendo de conhecimento local que ainda não foi descrito, compartilhado ou protegido do desaparecimento.

Em tais situações, a primeira tarefa não é impor ordem no abstrato. É compreender onde o sistema se fragilizou: onde os materiais se dispersaram, onde as categorias já não descrevem com clareza, onde as decisões não foram documentadas, onde os fluxos de trabalho dependem da memória em vez da estrutura, e onde a autoridade ou o contexto podem se perder se o sistema for reorganizado muito rapidamente. A fragilidade documental exige atenção ao que existe, mas também ao que o mantém unido.

3. Infraestrutura do conhecimento

Uma *infraestrutura do conhecimento* pode ser entendida como um conjunto de estruturas que permite que os materiais permaneçam utilizáveis ao longo do tempo. Não se refere apenas a sistemas digitais ou técnicos. Inclui os mecanismos pelos quais os materiais são descritos, conectados, mantidos e revisados. Em arquivos, coleções, organizações e projetos de memória, essa infraestrutura pode aparecer em catálogos, metadados, classificações, vocabulários, documentação ou rotinas de governança. Também pode permanecer menos visível, incorporada nas práticas, distinções, categorias e decisões que moldaram o sistema ao longo do tempo.

Os elementos geralmente tratados como suporte técnico fazem, portanto, parte da arquitetura epistêmica de um sistema. Os modelos de metadados não se limitam a adicionar informações aos documentos: eles definem quais aspectos desses documentos podem ser registrados, pesquisados, comparados e reutilizados. Os sistemas de classificação não apenas organizam os materiais: eles estabelecem relações de proximidade, separação, hierarquia e relevância. As diretrizes de catalogação estabilizam a descrição, definindo o que deve ser registrado, como deve ser expresso e sob quais critérios diferentes materiais podem ser tratados de forma consistente. Vocabulários controlados, tesouros, taxonomias e regras de nomenclatura regulam a linguagem por meio da qual os materiais se tornam localizáveis e inteligíveis.

Inventários, estruturas de pastas e modelos de documentação dão forma prática a essas decisões, tornando-as disponíveis para uso, manutenção e transmissão.

Essas estruturas determinam se os materiais podem ser encontrados, relacionados, interpretados, considerados confiáveis, migrados e mantidos. Um arquivo pode existir sem um nome estável e ainda assim permanecer difícil de identificar. Registros podem ser preservados com descrições insuficientes para permitir interpretação ou conexão. Categorias podem continuar organizando uma coleção mesmo depois que seu escopo se torna incerto. Vocabulários podem acumular termos de diferentes momentos, projetos, pessoas ou pressupostos sem tornar essas diferenças visíveis. Bancos de dados podem armazenar informações sem permitir uma navegação significativa pelas relações que dão contexto aos materiais.

Por essa razão, a infraestrutura do conhecimento não é externa ao conhecimento. Ela participa das condições sob as quais o conhecimento pode circular e permanecer utilizável. O mesmo material pode sustentar diferentes formas de memória, pesquisa, publicação, prestação de contas ou ensino, dependendo das estruturas que o descrevem e conectam. Uma fotografia pode ser uma imagem, um registro, a evidência de um evento, parte de uma coleção, um vestígio de um relacionamento ou um item regido por direitos e responsabilidades específicos. Quais dessas dimensões podem ser encontradas, interpretadas e mantidas depende da infraestrutura construída ao seu redor.

As relações semânticas são especialmente importantes em sistemas complexos. Os materiais geralmente não adquirem significado isoladamente; eles estão conectados a pessoas, lugares, datas, eventos, práticas, instituições, coleções, idiomas, direitos, versões, formatos e decisões anteriores. Quando essas relações estão ausentes, implícitas ou dispersas em práticas não documentadas, o sistema torna-se mais difícil de usar e de manter. Quando modeladas cuidadosamente, essas relações podem facilitar a descoberta, a interpretação, a migração, a publicação e a revisão futura.

Estruturas de dados vinculados e modelagem ontológica podem ser úteis em alguns casos, mas apenas quando a complexidade dos materiais e os objetivos do sistema exigem esse nível de formalização. A modelagem formal não é uma melhoria automática. Ela é valiosa quando esclarece as relações que o sistema deve preservar, expor ou tornar interoperáveis.

O conceito de infraestrutura do conhecimento, portanto, amplia a discussão para além da oposição entre conteúdo e suporte. Catálogos, vocabulários, metadados, classificação, documentação e fluxos de trabalho não são contêineres neutros adicionados após a coleta de materiais. Eles fazem parte das condições que tornam os materiais utilizáveis como conhecimento e memória. Projetá-los ou repará-los é trabalhar na estrutura que permite que um sistema se mantenha coeso sem depender inteiramente de conhecimento tácito, decisões improvisadas ou soluções temporárias.

4. Diagnóstico antes do projeto

O diagnóstico é o núcleo metodológico de qualquer intervenção responsável em um sistema de conhecimento ou memória. Antes de qualquer projeto ou reparo, é preciso compreender a situação documental existente. Isso significa examinar como o sistema está organizado atualmente, onde suas estruturas já funcionam, onde se tornaram frágeis e que tipo de intervenção a situação realmente suporta. Significa também reconhecer onde se concentram o conhecimento, a autoridade e a responsabilidade, especialmente quando práticas ou vocabulários locais ainda não foram documentados.

A fase de diagnóstico não é uma etapa administrativa preliminar. É a condição que permite que a intervenção seja proporcional, contextual e responsável. Sem diagnóstico, um projeto pode começar com uma solução técnica ou descritiva pronta, antes que a estrutura real dos materiais seja compreendida. Tais soluções podem produzir ordem superficialmente, mas perturbar as relações, histórias e

responsabilidades que dão sentido ao sistema. Uma intervenção prematura pode tornar os materiais mais visíveis, mas dificultar a compreensão do seu contexto.

Um processo de diagnóstico deve, portanto, examinar tanto as estruturas que já sustentam o sistema quanto os pontos em que essas estruturas começaram a falhar. Isso requer atenção às formas existentes de organização, descrição, fluxo de trabalho, documentação e governança, bem como às lacunas, dependências e incertezas que tornam o sistema frágil. O objetivo não é apenas identificar o que está faltando, mas entender como o sistema se mantém coeso atualmente.

Isso também exige atenção ao que não deve ser alterado. Arquivos, coleções e sistemas de memória frequentemente contêm vestígios de arranjos anteriores, classificações locais, nomes provisórios, categorias herdadas ou soluções improvisadas. Algumas dessas soluções podem ser inadequadas para uso futuro, mas ainda podem preservar evidências da história institucional, das práticas da comunidade, das decisões de pesquisa ou da proveniência documental. O diagnóstico ajuda a distinguir entre a desordem que impede o uso, a estrutura que permanece significativa e os vestígios que exigem interpretação antes que qualquer alteração ocorra.

O diagnóstico protege um projeto de soluções prematuras. Impede a imposição de plataformas, vocabulários, bases de dados e fluxos de trabalho antes da compreensão da situação documental real. Também esclarece a dimensão da intervenção: se um projeto requer um processo de consultoria, um vocabulário, um modelo de metadados, um plano de documentação, um fluxo de trabalho, um mapa de acervo, uma estrutura de governança, um processo de implementação, uma reformulação mais profunda ou outra forma de trabalho definida pela condição dos materiais.

Nesse sentido, o diagnóstico é tanto prático quanto ético. Ele oferece orientação prática ao mostrar como o sistema funciona, onde ele é vulnerável e que tipo de intervenção ele pode suportar. Oferece orientação ética ao questionar como a intervenção pode

fortalecer o sistema sem apagar as histórias, os contextos ou as autoridades que lhe conferem significado. Diagnosticar antes de projetar é aceitar que os sistemas de conhecimento não são recipientes neutros à espera de melhorias técnicas. São arranjos situados cuja lógica interna precisa ser compreendida antes que possam ser alterados de forma responsável.

5. Sistemas vivos de conhecimento e memória

A expressão "sistemas vivos de conhecimento e memória" refere-se a sistemas cuja usabilidade pode continuar além do momento de sua organização inicial. Um sistema desse tipo não é definido apenas pela presença de materiais, nem pela aparente ordem de um catálogo, banco de dados, estrutura de pastas ou repositório. Ele é definido por sua capacidade de permanecer utilizável e inteligível mesmo com a mudança das condições que o cercam.

Um sistema de conhecimento vivo pode ser usado, mas também pode ser explicado. Suas categorias, vocabulários, campos de metadados, regras de nomenclatura, fluxos de trabalho e responsabilidades não são apenas aplicados: eles podem ser compreendidos por aqueles que os herdaram ou mantêm. Sua estrutura não depende da memória de uma única pessoa, de hábitos não documentados ou de decisões tácitas que não podem ser reconstruídas. O sistema pode apoiar o trabalho atual, ao mesmo tempo que disponibiliza sua própria lógica para usuários futuros.

A continuidade é, portanto, fundamental. Um sistema de conhecimento não está concluído quando é entregue, publicado, digitalizado ou inserido em uma plataforma. Ele permanece ativo somente se puder ser mantido, questionado, corrigido, migrado, governado e ampliado. Isso requer documentação, mas não apenas um manual externo adicionado após a fase de projeto. A documentação deve fazer parte do próprio sistema: registros de decisões, guias de manutenção, rotinas de atualização, notas de fluxo de trabalho, regras de nomenclatura, ciclos de revisão e registros de responsabilidade

permitem que o sistema permaneça inteligível mesmo quando as circunstâncias mudam.

A governança é igualmente necessária. Um sistema que carece de regras compartilhadas para revisão, responsabilidade e resolução de conflitos é estruturalmente vulnerável. Sem governança, a manutenção torna-se improvisada. Sem manutenção, a coerência torna-se temporária. Um sistema vivo requer procedimentos que permitam a mudança sem dissolver as relações que possibilitam o seu funcionamento.

Isso é especialmente importante porque os sistemas de conhecimento e memória nunca são estáticos. Eles mudam à medida que as coleções crescem, os projetos terminam, as pessoas saem, as prioridades mudam, as plataformas se tornam obsoletas e novos usos surgem além do que o projeto original previa. Um sistema capaz de continuidade deve ser capaz de responder a essas mudanças sem perder o histórico de suas próprias decisões ou o contexto dos materiais que contém.

Um sistema de conhecimento vivo não é simplesmente uma coleção bem organizada. É uma estrutura capaz de continuidade: uma estrutura cujas categorias, decisões, responsabilidades e práticas de manutenção podem ser compreendidas e transformadas internamente. Sua força reside não em ser fixo, mas em ser capaz de permanecer coerente enquanto muda. Nesse sentido, o objetivo do design não é o fechamento, mas a criação de condições por meio das quais o conhecimento e a memória possam permanecer utilizáveis, inteligíveis e sustentáveis ao longo do tempo.

6. Comunidade, autoridade e não homogeneização

O design de sistemas de conhecimento e memória nunca é apenas uma questão técnica. A organização esclarece, conecta e torna os materiais utilizáveis, mas também seleciona, traduz, normaliza e, por vezes, apaga. As categorias podem facilitar a busca em uma coleção, ao mesmo tempo que reduzem a complexidade das práticas que a produziram.

Os metadados podem aumentar a visibilidade, ao mesmo tempo que desvinculam os materiais da linguagem, do contexto ou da autoridade locais. Um vocabulário pode criar consistência, ao mesmo tempo que trata a variação como erro. Por essa razão, o trabalho estrutural deve ser compreendido como uma intervenção nas condições pelas quais a memória é representada, transmitida e utilizada.

Uma estrutura responsável não busca a limpeza a qualquer custo. O que parece inconsistente ou inacabado ainda pode preservar evidências de decisões anteriores, histórias institucionais, práticas locais ou conhecimento comunitário. A desordem pode obstruir o uso, mas também pode carregar vestígios das condições em que os materiais foram produzidos e manuseados. Reorganizar sem diagnóstico é arriscar-se a perder esses vestígios antes que seu significado seja compreendido.

Isso é especialmente importante em projetos que envolvem memória comunitária, arquivos locais, coletivos culturais e ambientes documentais frágeis. Os vocabulários locais não são automaticamente deficiências a serem corrigidas por terminologia profissional. Eles podem registrar relações, distinções, experiências e autoridades que os sistemas externos não reconhecem. A tarefa não é substituí-los por uma linguagem mais padronizada, mas sim compreender como funcionam, o que tornam visível, o que protegem e como podem coexistir com outras formas de descrição quando necessário.

A autoridade da comunidade deve, portanto, permanecer central. A documentação deve apoiar aqueles que detêm a memória, e não extrair conhecimento deles para realocar o controle para outro lugar. Um sistema projetado para a continuidade deve tornar os materiais mais utilizáveis, preservando a autoridade das pessoas, comunidades ou instituições a eles vinculadas. Isso inclui atenção à forma como a autoridade é distribuída entre descrição, acesso, revisão, interpretação e uso público. Inclui também o reconhecimento de que algumas formas de conhecimento podem exigir limites, contexto ou condições específicas de acesso.

Tela de Araña expressa esse princípio em termos práticos. Abre um espaço de trabalho para pequenas comunidades, organizações de base, projetos de memória local, coletivos culturais e arquivos frágeis cujos sistemas precisam de estrutura, evitando explicitamente a substituição do conhecimento, da língua, das decisões ou da autoridade da comunidade. A ênfase está na identificação de materiais existentes, pontos de dispersão, áreas de fragilidade, necessidades urgentes e a primeira estrutura que possa ajudar, sem separar o conhecimento daqueles que o detêm e o sustentam.

Estruturar o conhecimento de forma responsável não significa torná-lo limpo a qualquer custo. Significa criar condições de uso sem apagar os vestígios, as linguagens, os conflitos e as autoridades por meio dos quais a memória foi produzida. Um sistema de conhecimento vivo deve, portanto, conter mais do que materiais. Deve também conter as relações, os contextos e as responsabilidades que dão significado a esses materiais.

7. Rumo a uma prática de cuidados estruturais

As seções anteriores apontam para uma prática que pode ser descrita como cuidado estrutural. Este termo designa o trabalho de conceber, reparar e sustentar as condições que permitem que o conhecimento e a memória perdurem sem serem congelados, extraídos, simplificados ou tornados dependentes de uma única pessoa, plataforma ou momento de intervenção. O cuidado estrutural não trata arquivos, coleções, documentos, vocabulários e fluxos de trabalho como componentes isolados. Ele atenta para as relações entre eles e para as práticas através das quais permanecem utilizáveis ao longo do tempo.

O cuidado estrutural começa com o mapeamento do que existe. Antes que os materiais possam ser reorganizados, publicados, migrados ou modelados, é preciso compreender seu estado atual: onde estão, como são nomeados, como são usados, quais relações já os conectam, quais estruturas os sustentam e onde essas estruturas se tornaram frágeis. Esse mapeamento não é apenas descritivo: ele fornece a base para decidir o que deve

ser reparado, o que deve ser preservado, o que deve ser documentado e o que não deve ser alterado sem uma compreensão mais aprofundada.

Isso também exige a reconexão de materiais dispersos. A dispersão não se resume à localização física ou digital. Os materiais podem estar separados por estruturas incompatíveis, responsabilidades fragmentadas ou conhecimento detido em locais diferentes por pessoas diferentes. Reconexão significa restaurar as relações que tornam esses materiais utilizáveis novamente, sem apagar a história de sua fragmentação.

O projeto de estruturas coerentes é outra parte do cuidado estrutural. Coerência não significa uniformidade — significa que categorias, descrições, regras de nomenclatura, fluxos de trabalho e relações podem ser explicados e mantidos. Um sistema coerente permite que os usuários entendam por que os materiais são organizados de uma determinada maneira, como as decisões foram tomadas e como as mudanças futuras devem ser tratadas. Nesse sentido, a coerência apoia tanto o uso atual quanto a revisão futura.

As relações semânticas são centrais neste trabalho. Os sistemas de conhecimento e memória dependem da capacidade de conectar materiais a pessoas, lugares, eventos, datas, práticas, idiomas, direitos, coleções e decisões anteriores. Quando essas relações permanecem implícitas, o sistema torna-se vulnerável a mal-entendidos e perdas. Quando são documentadas e modeladas com cuidado, elas apoiam a interpretação, a descoberta, a migração, a publicação e a continuidade. O cuidado estrutural, portanto, inclui o desenvolvimento de vocabulários, metadados, classificações e modelos de relacionamento que tornam o significado rastreável sem forçar todos os materiais a se enquadrarem em uma única lógica descritiva.

A documentação é o mecanismo pelo qual o cuidado estrutural se torna duradouro. As escolhas que moldam um sistema, incluindo suas exceções, rotinas e critérios de mudança, precisam ser registradas para que o sistema possa ser compreendido por

pessoas que não estavam presentes quando ele foi criado. A documentação impede que a continuidade dependa inteiramente da memória. Ela também permite que usuários futuros questionem e revisem o sistema sem perder a lógica que o moldou.

A governança dá forma operacional a essa durabilidade. Ela transforma a responsabilidade, a manutenção e a mudança em procedimentos compartilhados, em vez de hábitos informais. Sem governança, o cuidado estrutural permanece dependente da boa vontade ou da memória individual. Com governança, um sistema pode definir como a mudança ocorre e como suas consequências são registradas. Isso faz da continuidade uma prática compartilhada, em vez de um resultado accidental.

O cuidado estrutural, portanto, integra essas dimensões em uma única prática. Ele não trata o mapeamento, a documentação, a governança e a revisão lado a lado como serviços separados, mas os considera partes de um mesmo problema: como criar sistemas que possam reter conhecimento e memória sem imobilizá-los. Um sistema que recebe cuidado estrutural pode continuar funcionando mesmo diante de mudanças nas pessoas, ferramentas, materiais, categorias e usos. Sua força reside na capacidade de permanecer inteligível enquanto se transforma.

8. Conclusão

A sobrevivência do conhecimento e da memória não pode ser reduzida à sobrevivência de documentos. Os materiais podem permanecer presentes enquanto as estruturas que lhes conferem significado enfraquecem ou desaparecem. Uma coleção pode ainda existir, e mesmo assim perder as relações que permitem sua localização, interpretação, manutenção, revisão e utilização. Sem essas relações, a preservação permanece incompleta. O que sobrevive pode, ainda assim, tornar-se difícil de compreender.

Tela de Araña nomeia a necessidade de estruturas capazes de sustentar sem reduzir, simplificar ou apagar aquilo que sustentam. Seu trabalho começa onde preservação,

organização e memória se encontram: no frágil espaço entre os materiais sobreviventes e as condições que os tornam utilizáveis. O problema central não é apenas como evitar a perda dos materiais, mas como sustentar as relações documentais, semânticas e práticas por meio das quais esses materiais continuam a participar dos sistemas de conhecimento.

A fragilidade documental demonstra que a memória pode enfraquecer silenciosamente. Isso se manifesta por meio de pequenas falhas estruturais: hábitos não documentados, vocabulários instáveis, catálogos incompletos, arquivos dispersos, categorias imprecisas e conhecimento local que permanece sem o suporte de estruturas compartilhadas. Essas condições nem sempre destroem os materiais, mas reduzem a capacidade desses materiais de permanecerem inteligíveis ao longo do tempo.

O design de sistemas vivos de conhecimento e memória responde a essa condição tratando a estrutura como uma forma de continuidade. Os mecanismos que organizam, descrevem, conectam, documentam e governam os materiais não são suportes auxiliares. Eles fazem parte da arquitetura que permite que a memória permaneça utilizável. Seu propósito não é impor ordem por si só, mas criar condições nas quais o conhecimento possa continuar sendo compreendido, mantido, revisado e sustentado por aqueles que trabalham com ele.

Cuidar do conhecimento e da memória, portanto, não é apenas salvar o que existe. É sustentar as estruturas por meio das quais o que existe pode continuar a ser compreendido.